



**Ministério das Finanças
e do Fomento Empresarial**

Direção Geral do Tesouro

Declaração dos Riscos Orçamentais Cabo Verde

A Comissão de Coordenação em matéria de Gestão de Riscos Orçamentais (CCGRO) tem por missão apoiar as autoridades governamentais e nacionais a definir, identificar, avaliar, acompanhar a coordenação em matéria de gestão dos riscos orçamentais, e assegurar que os riscos que podem afetar os resultados orçamentais, programados e projetados, incluindo as responsabilidades contingentes, sejam bem identificados, avaliados, monitorizados, geridos e comunicados (Resolução n.º 75/2022, de 30 de junho).

Edição/Redação – Secretariado da Comissão de Coordenação em matéria de Gestão de Riscos Orçamentais

MFFE – CCGRO - setembro 2023

Índice

Índice de Tabelas e Figuras.....	4
Enquadramento.....	5
A. Introdução.....	7
B. Riscos Orçamentais.....	8
B1. Riscos Macroeconómicos.....	8
B2. Riscos associados à Dívida.....	10
B3. Riscos associados a Empresas Públicas e Participadas do Estado.....	12
B4. Riscos decorrentes das Alterações Climáticas e Catástrofes Naturais.....	14
B5. Outros Riscos.....	15
C. Quantificação dos riscos.....	16
D. Conclusão e Recomendações.....	16
ANEXO.....	18

Índice de Tabelas e Figuras

Tabela 1 - World Risk Index – Cabo Verde	7
Tabela 2 - Análise de sensibilidade para a variação do PIB.....	9
Tabela 3 - Stock da Dívida Pública	11
Tabela 4 – Ranking da Dívida mundial – Cabo Verde TOP 10	12
Tabela 5 - Stock Passivos Contingente Explícito (em milhões de ECV)	13
Tabela 6 – Indicadores de endividamento.....	14
Tabela 7 – Risco Global de empresas públicas	14
Tabela 8 – Principais medições de Riscos Climáticos e Desastres em Cabo Verde	15
Tabela 9 – Quantificação de Riscos Orçamentais.....	16
Figura 1 – Top 10 Africa Rank – Economic Freedom Index 2023	5
Figura 2 -Índice ND - Gain	6
Figura 3 - Riscos globais classificados por gravidade a longo prazo (10 anos)	8
Figura 4 – Revisão do Fitch para Cabo Verde 2023	9
Figura 5 – Top 5 Risks – Cabo Verde	10
Figura 6 – Stock de Avals.....	11
Figura 7 – Índice Global da Fome	15

Enquadramento

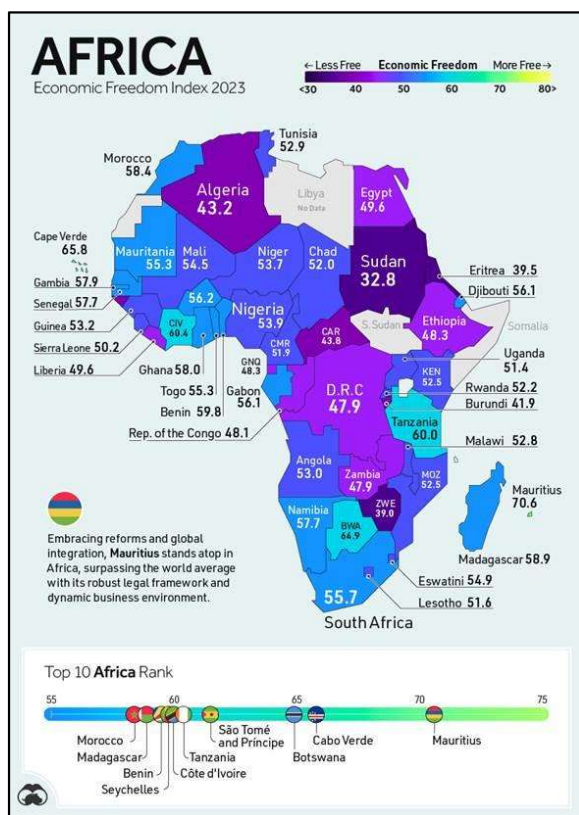
Segundo *The Economist Intelligence Unit, 2023*, Cabo Verde tem uma ampla estabilidade política que prevalecerá em 2023, sustentada por fortes instituições democráticas e proteção dos direitos humanos e liberdades cívicas. O aumento do turismo registado em 2022 proporcionará um forte impulso em 2023-24, e acredita-se que o setor de turismo se recuperará totalmente para os níveis pré-coronavírus até o final de 2024.

O forte crescimento ajudará a reduzir o défice orçamental e ajudará Cabo Verde a cumprir os seus compromissos ao abrigo de uma linha de crédito alargada com o FMI. A conta corrente entrará em superavit em 2024, devido às fortes receitas do turismo (fonte: <https://country.eiu.com/cabo-verde>).

O país apresenta os seguintes resultados nos indicadores dos rankings internacionais:

- ✓ **Liberdades Civil e Política:** 1º da Região Africana (Freedom Index, 2022)
- ✓ **Liberdade Económica:** 2º da Região Africa (Economic Freedom Index, 2023)
- ✓ **Transparência/Corrupção:** 2º da Região Africana (Transparency International corruption Index, 2022)
- ✓ **Democracia e Cidadania:** 3º da Região Africana (Democracy Index, 2022)
- ✓ **Boa Governação:** 4º da Região Africana (Mo Ibrahim Index, 2021)
- ✓ **ESG- Governança:** Cabo Verde tem um Score de relevância ESG (RS) de '5[+]' tanto para a Estabilidade Política e Direitos como para o Estado de Direito, Qualidade Regulatória Institucional e Controlo da Corrupção (WBG I 2023).

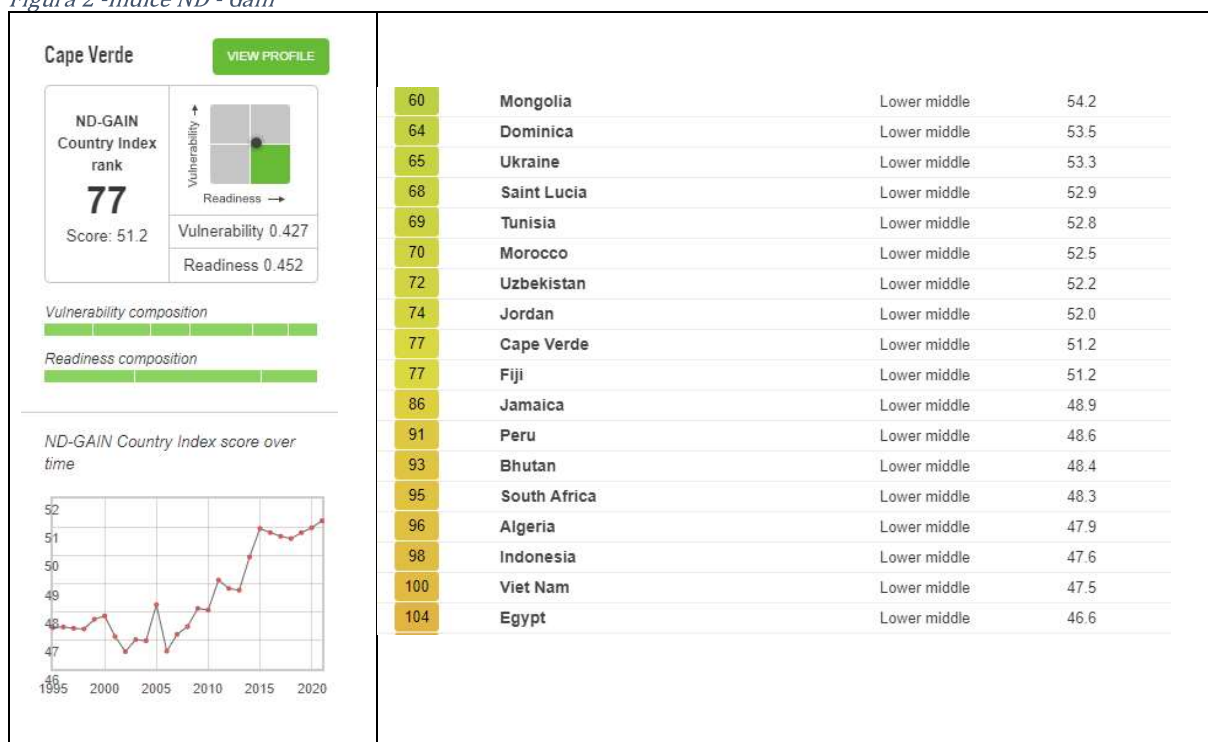
Figura 1 – Top 10 Africa Rank – Economic Freedom Index 2023



Fonte: Economic Freedom Index, 2023

Cabo Verde está na posição 77º do ranking mundial do Índice ND-Gain, com o score 51.5, vulnerabilidade 0.413 e prontidão 0.444, integrando o grupo médio-baixo da classificação geral.

Figura 2 - Índice ND - Gain



Fonte: <https://gain.nd.edu/our-work/country-index/rankings/>

O Índice ND-GAIN é composto por duas dimensões principais de adaptação: **vulnerabilidade** e **prontidão**. A Vulnerabilidade mede a exposição, sensibilidade e capacidade de adaptação de um país aos efeitos negativos das mudanças climáticas, considerando seis setores de suporte à vida – alimentos, água, saúde, serviços ecossistêmicos, habitat humano e infraestruturas. A Prontidão mede a capacidade de um país de alavancar investimentos e convertê-los em ações de adaptação, considerando três componentes – prontidão económica, prontidão para governança e prontidão social (Fonte: <https://gain.nd.edu/our-work/country-index/rankings/>).

Em 2021, Cabo Verde foi classificado pelo *World Risk Index do Institute of Spatial and Regional Planning (IREUS)*, como o 36º país com maior Risco dos 181 países avaliados e como o 15º do grupo de SIDS ao nível de vulnerabilidades geográfica, ambiental, económica & financeira (*Multidimensional Vulnerability Index*).

Tabela 1 - World Risk Index – Cabo Verde

ID Posição	36
Exposição	20,26
Ranking de Exposição	25
Suscetibilidade	32,86
Ranking Suscetibilidade	61
Vulnerabilidade	50,19
Ranking Vulnerabilidade	76
Capacidade de Resposta	70,54
Ranking de Capacidade de Resposta	95
Capacidade de Adaptação	47,18
Ranking de Capacidade de Adaptação	71
Índice Risco Mundial 2015	10,17
Ranking Índice Risco Mundial 2015	36

Fonte: <https://www.arcgis.com/home/webmap/viewer.html?webmap=03197c5589234a4b8ec044ac83261cbf&extent=-180,-83.0688,180,83.0688>; <https://www.ireus.uni-stuttgart.de/en/International/WorldRiskIndex/#tabs-3>

A. Introdução

A Declaração de Riscos Orçamentais (DRO) sugere uma diversidade de fontes de riscos associados às projeções do PIB, inflação, oscilações da taxa de câmbio, receitas do Estado, despesa, endividamento, operações das empresas públicas, detidas ou participadas pelo Estado, que requeiram subsídios ou garantias do Estado e outras formas de passivos contingentes e riscos institucionais.

A Declaração é um documento que mostra o nível de exposição do país às referidas fontes de risco, bem como as medidas a serem tomadas para garantir a sustentabilidade e resiliência das finanças públicas a estes fenómenos (Resolução nº 75/2022, de 30 de junho).

Especificamente, a Declaração do Risco Orçamental (DRO) destaca os seguintes riscos:

- A vulnerabilidade do País aos desastres naturais e a volatilidade do preço das matérias-primas, que representam riscos de degradação ao crescimento económico e à arrecadação de receitas;
- Choques na taxa de câmbio, que terá impacto (i) no montante do serviço da dívida; (ii) termos de troca; (iii) inflação; e (iv) potencialmente nos balanços das empresas públicas, caso haja uma diferença cambial entre ativos e passivos;
- As alterações nas taxas de juro são suscetíveis de terem impacto no serviço da dívida, bem como no crescimento da carteira de dívida;
- O decréscimo maior do que o esperado de donativos dos parceiros de desenvolvimento, colocaria pressões significativas no défice orçamental; e
- Um aumento dos passivos das empresas públicas e participadas do Estado, pode constituir um risco de passivos contingentes.

B. Riscos Orçamentais

Nos pontos seguintes serão abordadas as principais vulnerabilidades do país relativamente aos **riscos orçamentais**:

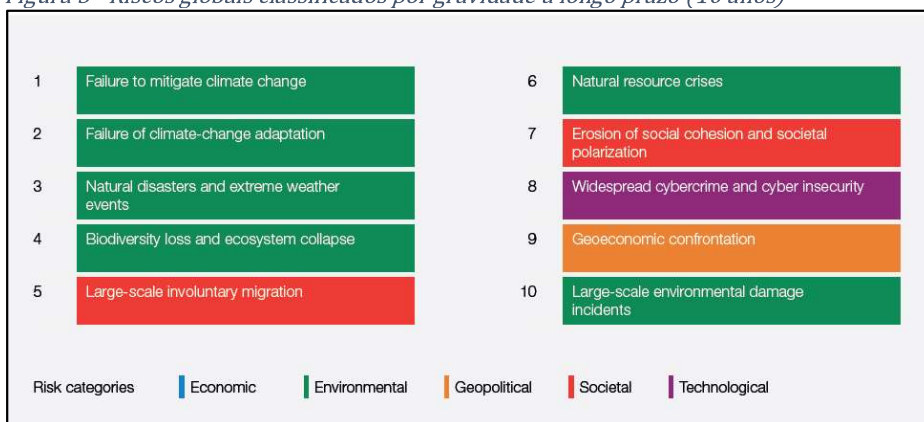
- (i) riscos macroeconómicos;
- (ii) riscos específicos relacionados com a sustentabilidade da dívida pública;
- (iii) riscos em relação ao desenvolvimento e à supervisão financeira das empresas públicas e participadas do Estado;
- (iv) riscos associados a alterações climáticas e catástrofes naturais e;
- (v) outros riscos.

B1. Riscos Macroeconómicos

O mundo enfrenta uma série de riscos que parecem totalmente novos e estranhamente familiares. Um retorno de riscos “antigos” – inflação, custo de vida, crises, guerras comerciais, saídas de capital de países de mercados emergentes, agitação social generalizada, confronto geopolítico e o espectro da guerra nuclear.

Estes riscos, estão sendo amplificados por desenvolvimentos relativamente novos no cenário de riscos globais, incluindo níveis de endividamento, uma nova era de baixo crescimento, baixa de investimento e desglobalização, um declínio no desenvolvimento após décadas de progresso com impactos e ambições das mudanças climáticas.

Figura 3 - Riscos globais classificados por gravidade a longo prazo (10 anos)



Fonte: World Economic Forum Global Risks - Perception Survey 2022-2023.

A economia global começou a melhorar, mas a recuperação será fraca, de acordo com o último Economic Outlook da OCDE (2023). As perspetivas económicas projetam uma moderação do crescimento do PIB global de 3,3% em 2022, de 2,7% em 2023, seguido de uma recuperação para 2,9% em 2024.

Os preços mais baixos da energia estão aliviando a pressão sobre os orçamentos domésticos, os negócios e o sentimento do consumidor está se recuperando, embora de níveis baixos, e a reabertura da China deu um impulso à atividade global.

Prevê-se que a inflação global na OCDE caia de 9,4% em 2022 para 6,6% em 2023 e 4,3% em 2024. A queda da inflação deve-se à aplicação de uma política monetária mais restritiva, preços mais baixos de energia e alimentos e redução dos gargalos na oferta.

Em Cabo Verde, os riscos macroeconómicos estão ligados às projeções do crescimento da produtividade e dos preços, em face ao potencial de crescimento da economia, bem como do contexto externo adversos, e os respetivos impactos ao nível: (i) do comportamento da receita fiscal (via consumo privado, inflação, emprego e remunerações); e (ii) dos principais rácios e indicadores por via do efeito do crescimento projetado para o PIB nominal, com destaque para os rácios do défice público, saldo primário em % do PIB e dívida pública em % do PIB (ver quadro detalhado em anexo).

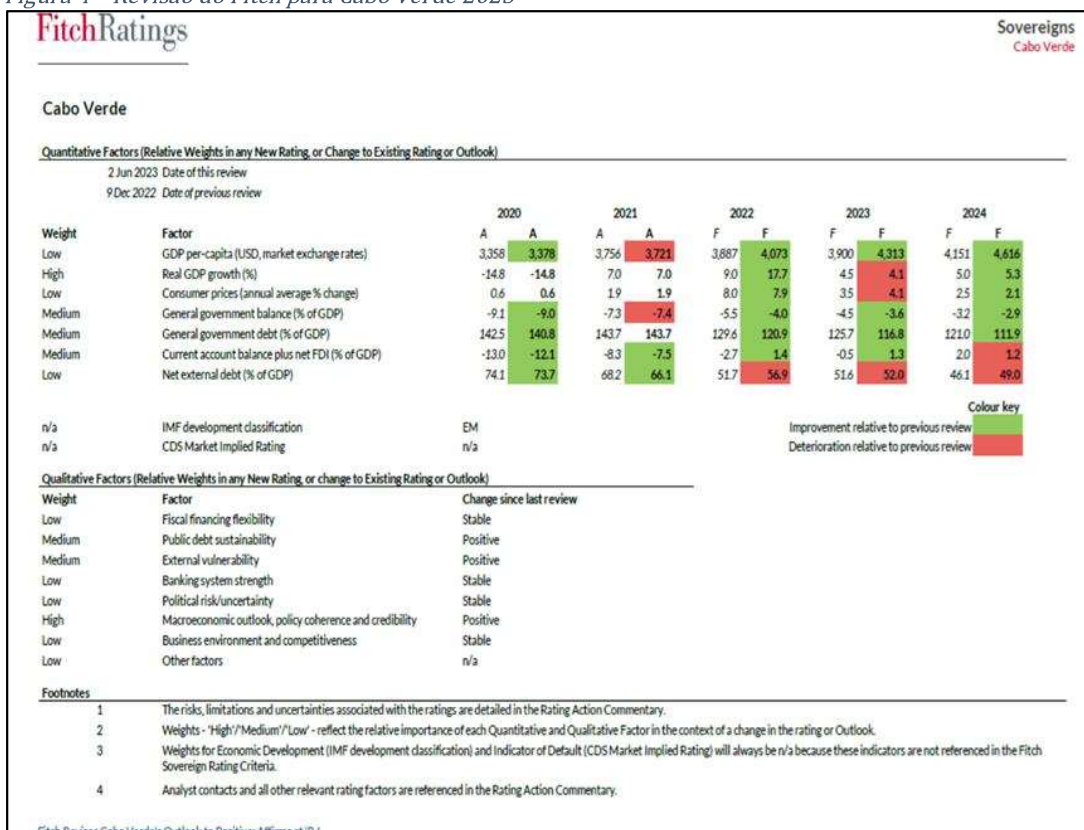
Tabela 2 - Análise de sensibilidade para a variação do PIB

Indicadores	Unidade	2024		Diferença
		Cenário Base	Cenário Risco	
PIB	Var. em %	4,7	2,4	-2,3 p.p.
Inflação	Var. em %	5,4	6,3	0,9 p.p.
Impostos	Milhões de CVE	54282	50649	-3633
Outras Receitas	Milhões de CVE	15303	9021	-6282
Financiamento Interno	Milhões de CVE	6,343	8,591	2,248
Dívida Pública	% do PIB	110,5	119,1	8,6 p.p.
Dívida Externa	% do PIB	74,3	82,1	7,8 p.p.
Dívida Interna	% do PIB	36,2	37,0	0,8 p.p.

Fonte: DNP/MFFE

A Fitch revê a perspetiva de Cabo Verde para positiva 'B-' (fitchratings.com).

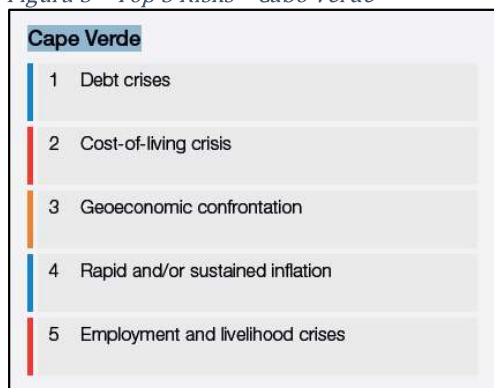
Figura 4 - Revisão do Fitch para Cabo Verde 2023



Fonte: FitchRatings - 2023

O Relatório de Risco Mundial 2023, do Fórum Económico Mundial, para Cabo Verde, destaca entre os Top 5, o impacto da dívida na economia.

Figura 5 - Top 5 Risks - Cabo Verde



Fonte: Global Risk Report 2023

B2. Riscos associados à Dívida

O crescimento real do PIB de Cabo Verde acelerou acentuadamente para 17,0% em 2022, de 6,4% em 2021, impulsionado pela robusta procura interna e pela recuperação do grande setor do turismo com repercussões positivas na economia real. As chegadas de turistas quase quadruplicaram em relação a 2021 e atingiram 102% do nível de 2019 - um novo recorde para o país. O turismo representa cerca de 25% do PIB. O consumo real das famílias aumentou 28% e superou os níveis de 2019. O PIB real do país também superou o nível pré-pandemia. Espera-se que o crescimento real do PIB desacelere para 5,7% em 2023 e 4,7% em 2024, mas permaneça em linha com a tendência pré-pandémica e em torno do seu valor potencial.

A dívida/PIB de Cabo Verde caiu significativamente para 122,8% em 2022, face a um máximo histórico de 146% em 2021, impulsionado por um crescimento nominal muito forte do PIB de 25,5%. Prevê-se que o rácio desça ainda mais em relação ao horizonte de previsão, para 110,2% do PIB em 2024, impulsionado por um crescimento nominal do PIB de 18,6% em relação a 2022, ficando assim ao nível próximo de 2019 de 109,2% do PIB.

A taxa de juro média ponderada do stock total da dívida em 2022 foi de 1,9%, e apenas 1,0% para a dívida pública externa. Além disso, 86,6% do stock da dívida tem taxa de juros fixa (80,6% para dívida externa e 100% para dívida interna), o que mitiga riscos de aumento das taxas de juros globais. Enquanto isso, o prazo médio da dívida total é de 16 anos, subindo para 20,8 anos para a dívida externa. Acredita-se que o risco cambial, com 69% da dívida externa total, é mitigado pela indexação de CVE ao euro.

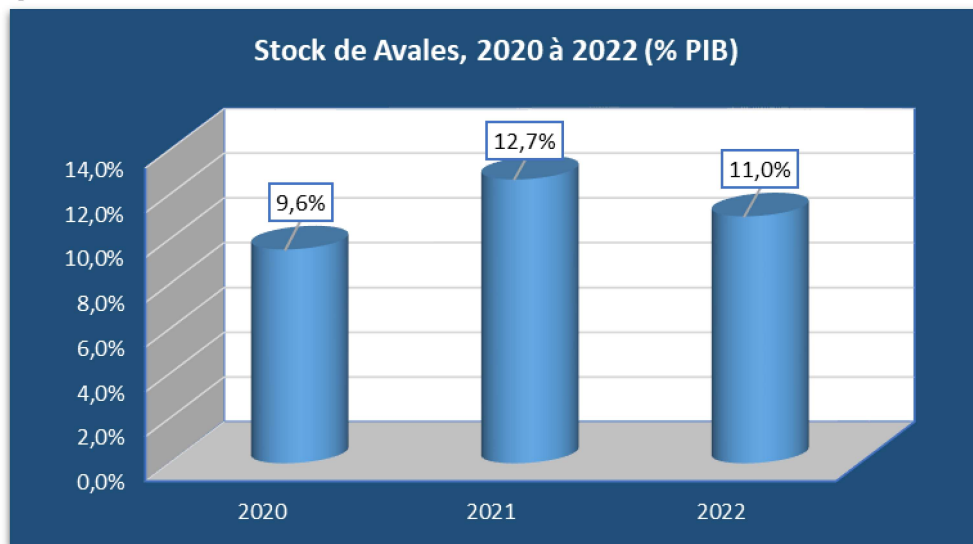
O défice orçamental de Cabo Verde diminuiu para 3,5% do PIB em 2023 e 2,9% em 2024, de 4,0% em 2022 e 7,6% em 2021. A redução do défice em 2022 foi impulsionada por uma queda substancial da despesa em relação ao PIB, tanto devido à contenção de despesas como ao crescimento económico fortemente superior às premissas orçamentais. A receita total do governo aumentou 21,8%, refletindo um aumento de cerca de 31,8% nas receitas fiscais e outras receitas (+16,3%).

Tabela 3 - Stock da Dívida Pública

	2020	2021	2022
Saldo da Dívida Pública	256 652,5	280 850,7	296 616,8
% do PIB	141,9%	146,0%	122,8%
Dívida Externa	185 272,3	199 309,6	204 786,2
Dívida Interna	71 380,2	81 541,0	91 830,6
Total Desembolsos	29 453,6	37 848,0	36 165,0
% do PIB	16,3%	19,7%	15,0%
Dívida Externa	14 922,6	13 785,6	12 501,5
Dívida Interna	14 531,0	24 062,4	23 663,5
Total Serviço da Dívida	15 834,3	15 598,6	21 388,4
% das Exportações (Serviço Dív. Ext.)	14,1%	10,0%	12,3%
% das Receitas do Estado	36,2%	30,8%	40,7%
% das Reservas Internacionais	9,0%	7,3%	13,7%
Dívida Externa	5 759,0	4 778,0	9 485,2
Dívida Interna (incl. Dív. Flutuante)	10 075,2	10 820,5	11 903,1
Memória: PIB do ano	180 840,4	192 402,0	241 509,3
Exportações	40 981,9	47 948,9	77 197,7
Receitas do Estado	43 748,7	50 719,8	52 575,4
Reservas Internacionais	63 887,3	65 630,0	68 994,6

Fonte: Boletim Estatístico da Dívida

Figura 6 - Stock de Avoles



Fonte: Boletim Estatístico da Dívida

O Grupo de Acompanhamento Orçamental (GAO) reconheceu, na sua última avaliação ao país em 2023, os progressos alcançados no quadro da consolidação fiscal, com o aumento da arrecadação de receitas a desempenhar um papel fundamental na redução do défice orçamental em 2022. No entanto, considera o GAO que, para a referida consolidação continuarão a ser fundamentais melhorias na mobilização de receitas domésticas, por via da implementação de reformas digitais para melhorar a eficiência tributária e da racionalização dos incentivos fiscais. O GAO incentiva as autoridades a empreenderem esforços para quantificar o impacto fiscal destas medidas por forma a melhorar o planeamento fiscal a médio prazo. A mobilização de recursos domésticos é

particularmente relevante tendo em conta as atuais obrigações de serviço da dívida de Cabo Verde e o atual contexto de financiamento global limitado. O GAO realçou a redução do rácio da dívida pública em relação ao PIB, mas apelou à prudência no endividamento e à priorização de investimentos públicos de alto retorno.

De acordo com a última avaliação do FMI, no quadro da implementação do programa de Facilidade de Crédito Alargado (ECF - 2023), o desempenho de Cabo Verde é forte. A economia recuperou fortemente em 2022, crescendo 17,7%. Entretanto, o FMI realça na sua avaliação que Cabo Verde “continua vulnerável a choques externos e perturbações relacionadas com o clima e os ganhos significativos alcançados até agora precisam de ser sustentados a médio prazo”, de forma a “salvaguardar a estabilidade económica, criar resiliência e promover o crescimento inclusivo”.

O FMI defendeu, igualmente que as reformas ao nível da política fiscal no arquipélago devem “garantir um equilíbrio adequado entre uma consolidação fiscal favorável ao crescimento, preservar a sustentabilidade da dívida”, bem como “proteger os vulneráveis e investir no crescimento futuro”. Recomenda manter os progressos na mobilização de receitas internas, simplificar as isenções fiscais, aumentar a eficácia dos projetos de investimento público e continuar a melhorar a gestão da dívida. Realça que a reforma das empresas públicas também é fundamental para reduzir os riscos fiscais e incentiva o Governo a continuar com a sua ambiciosa agenda de reformas estruturais, de forma a adaptar o país aos desafios impostos pelas mudanças climáticas, reduzir o custo dos negócios, fortalecer as redes de segurança social e acelerar as reformas das empresas públicas.

Segundo o relatório do FMI sobre a Dívida Pública Mundial, Cabo Verde está entre os 10 maiores países ao nível da Dívida Pública. O País é o 4.º ao nível de sustentabilidade da Dívida na região Africana. A perspetiva estável de ratings do País (B -), reflete o seu elevado endividamento público e externo, grandes passivos contingentes soberanos e a elevada dependência que a economia apresenta face ao setor do turismo.

Tabela 4 – Ranking da Dívida mundial – Cabo Verde TOP 10

Rank	Country	Debt-to-GDP (2021)
#1	Japan	257%
#2	Sudan	210%
#3	Greece	207%
#4	Eritrea	175%
#5	Cabo Verde	161%
#6	Italy	155%
#7	Suriname	141%
#8	Barbados	138%
#9	Singapore	138%
#10	Maldives	137%

Fonte: FMI: The state of World's Debt

B3. Riscos associados a Empresas Públicas e Participadas do Estado

A melhoria da situação financeira de empresas do Setor Empresarial do Estado (SEE), foi em parte devido à retoma da atividade económica. No entanto, os riscos fiscais no SEE continuam elevados e persistem desafios ao nível das políticas para o setor. Os Parceiros, nomeadamente, o GAO e o FMI, reiteram a importância de se limitar as capitalizações, garantias e os empréstimos ao SEE. Tal exige um forte compromisso no sentido de implementar, de forma ponderada, a agenda de

reforma do SEE para 2022-2026, focalizando nas empresas públicas que promovam reformas mais estruturantes.

Tabela 5 - Stock Passivos Contingente Explícito (em milhões de ECV)

Beneficiário	Setor	2020	2021	2022	% do Total
ENAPOR	SEE	80,0	58,0	34,8	0,1%
ELECTRA	SEE	4 800,8	4 765,2	5 734,7	21,5%
TACV	SEE	3 715,2	5 826,2	6 116,7	23,0%
NEWCO	SEE	3 964,5	3 721,7	3 465,7	13,0%
ICV	SEE	0,0	202,3	842,2	3,2%
ADS	SEE	453,3	774,4	972,6	3,6%
IFH	SEE	1 082,0	1 248,4	664,6	2,5%
SDTIBM	SEE	343,8	582,1	746,9	2,8%
AEB	SEE	0,0	247,0	742,6	2,8%
SCS	SEE	0,0	0,0	19,1	0,1%
RTC	SEE	0,0	110,0	110,0	0,4%
CERMI	SEE	18,2	16,3	14,0	0,1%
NOSI	SEE	0,0	51,0	40,5	0,2%
INCV	SEE	0,0	54,7	142,2	0,5%
CM São Miguel	Município	0,0	7,7	0,0	0,0%
CM Mosteiros	Município	0,0	0,0	16,8	0,1%
CM Santa Catarina	Município	40,8	31,5	52,4	0,2%
CM Paul	Município	72,3	72,5	64,6	0,2%
CM Tarrafal São Nicolau	Município	0,0	15,3	64,7	0,2%
CM Porto Novo	Município	63,2	63,2	68,0	0,3%
CM São Vicente	Município	179,5	191,5	173,1	0,6%
Sub-Total Setor Público		14 813,7	18 038,9	20 086,3	75,4%
CV Telecom	Privado	1 655,3	2 243,4	2 120,8	8,0%
CV Interilhas	Privado	513,9	517,8	516,1	1,9%
DECAMERON	Privado	0,0	34,3	44,6	0,2%
ELEVO	Privado	0,0	200,0	178,9	0,7%
TECNOVIA	Privado	0,0	86,9	0,0	0,0%
EMPREITEL FIGUEIREDO	Privado	0,0	0,0	50,0	0,2%
KHYM NEGOCE	Privado	0,0	0,0	47,7	0,2%
CABOPLAST	Privado	0,0	0,0	50,0	0,2%
MORABI	Privado	0,0	0,0	80,0	0,3%
FCS	Privado	0,0	0,0	22,0	0,1%
PRÓ-GARANTE	Privado	290,4	3 279,6	3 452,2	13,0%
Sub-Total Setor Privado		2 459,6	6 362,0	6 562,2	24,6%
STOCK TOTAL (milhões de CVE)		17 273,3	24 400,9	26 648,6	100,0%

Fonte: Boletim Estatístico da Dívida Pública, do 4º trimestre de 2022, DGT-MFFE.

O risco do Setor Empresarial do Estado, viu-se agravado no contexto de policrises, conforme o quadro que se segue.

Tabela 6 – Indicadores de endividamento

Indicadores de Endividamento/Solvabilidade (%)	2019	2020	2021	4T 2022*
Endividamento Geral	81,6	84,7	88,9	91,1
Endividamento Corrente	87,1	93,0	104,2	89,6
Passivo/Capital Próprio	442,2	553,4	801,6	1 020,4
Passivo/EBITDA	2 083,4	4 308,3	2 703,3	1 557,7

Fonte: UASE/MFFE

Com vista à redução desse risco, em 2024 será dada especial atenção à redinamização das reformas das empresas públicas, incluindo a melhoria do quadro de monitorização do desempenho financeiro das empresas públicas para reduzir os riscos orçamentais e, consequentemente, apoiar a sustentabilidade da dívida a médio prazo.

Tabela 7 – Risco Global de empresas públicas

Empresas	2023**						Risco Global				
	Rentabilidade		Liquidez		Solvabilidade		2019	2020	2021	2022*	2023**
	ROA	ROE	Geral	Reduzida	Pas./At.	Pas./C.P.					
ASA	Very Low Risk	Very Low Risk	Very Low Risk	Very Low Risk	Low Risk	Low Risk	Low Risk	High Risk	Moderate Risk	Low Risk	Low Risk
ELECTRA	Moderate Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk
EMPROFAC	Moderate Risk	Moderate Risk	Low Risk	Moderate Risk	Moderate Risk	Moderate Risk	Moderate Risk	Moderate Risk	High Risk	Low Risk	Moderate Risk
ENAPOR	Moderate Risk	Moderate Risk	Very High Risk	High Risk	Moderate Risk	Moderate Risk	Moderate Risk	High Risk	High Risk	High Risk	High Risk
IFH	Moderate Risk	Moderate Risk	Very Low Risk	Very High Risk	High Risk	Very High Risk	High Risk	High Risk	High Risk	High Risk	High Risk
TACV	High Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk

Fonte: UASE/MFFE

Riscos decorrentes dos passivos contingentes que, até 31 de março de 2022, representavam cerca de 12,0% do PIB projetado para o ano de 2023.

B4. Riscos decorrentes das Alterações Climáticas e Catástrofes Naturais

Devido à sua localização e geografia, Cabo Verde está exposto a erupções vulcânicas, secas, furacões, tempestades tropicais, deslizamentos de terra e cheias repentinas. Além disso, a rápida migração rural-urbana, a contínua degradação da terra, o elevado endividamento e a pobreza persistente têm aumentado a vulnerabilidade de Cabo Verde aos riscos naturais. Prevê-se que as alterações climáticas intensifiquem ainda mais as inundações e secas, assim como a subida do nível do mar, a erosão das praias arenosas e o branqueamento dos recifes de coral. Neste contexto, aumentar a resiliência a estes choques e promover ações proativas de adaptação climática estão a tornar-se prioridades urgentes.

Foi concebida uma operação de Financiamento da Política de Desenvolvimento da Gestão do Risco de Desastres (GRD) do Banco Mundial com uma Opção de Saque Diferido para Catástrofes (Cat DDO) para proporcionar a Cabo Verde liquidez imediata no caso de uma catástrofe causada por perigo(s) natural(ais). Também apoiou um programa abrangente de reforma da GRD. Estas reformas assentam no trabalho analítico e nos esforços de implementação de políticas de vários sectores, complementando assim a carteira global de empréstimos do Banco Mundial.

O Banco Mundial continua totalmente empenhado em ajudar o governo a avançar na agenda de gestão do risco de desastres. Isto reflete-se no Quadro de Parcerias do País que visa ajudar o

governo a "aumentar a resiliência fiscal e macroeconómica e gerir o impacto económico dos choques climáticos". O Governo de Cabo Verde também manifestou interesse numa colaboração contínua com o Grupo Banco Mundial relativamente à construção da resiliência como parte do Segundo Financiamento para o Desenvolvimento de Políticas Sustentáveis e Equitativas com uma Cat DDO, atualmente em preparação.

Tabela 8 – Principais medições de Riscos Climáticos e Desastres em Cabo Verde

Tipo de Desastre	Prejuízo Anual em Milhões de USD (2018)
Cheias/Inundações	13,4
Terramoto	1,0
Erupção Vulcânica	1,2
Seca	2,6
Total	18,2

Fonte: Cabo Verde *Disaster Risk Profile* (2019), Banco Mundial.

B5. Outros Riscos

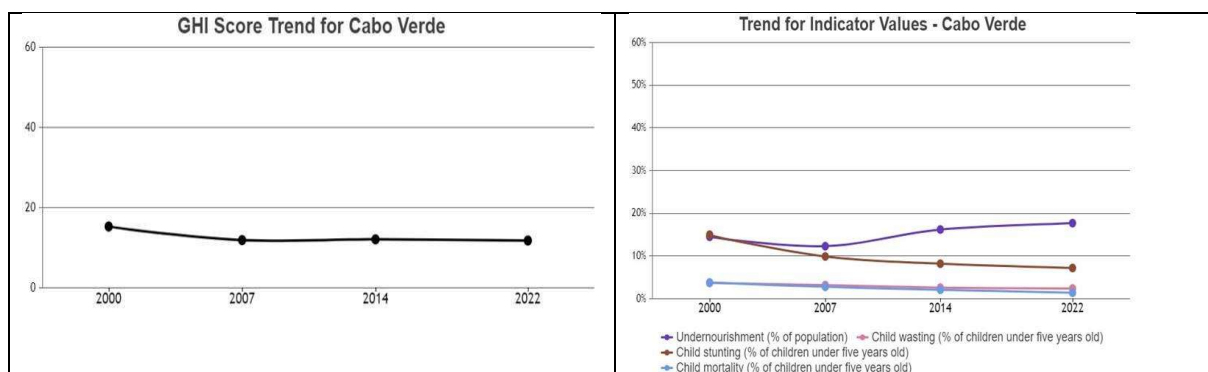
Além dos riscos acima referidos, existem outros riscos relevantes, nomeadamente:

- Riscos das despesas públicas, com especial destaque para a saúde e pensões, que aliados à problemática da rigidez da despesa *versus* redução do espaço das despesas de investimento, têm vindo a aumentar decorrente das alterações demográficas, com destaque ao aumento da esperança de vida e o surgimento contínuo de novos meios de diagnóstico e tratamentos.
- Riscos associados às decisões judiciais que venham a imputar ao Estado pagamento de indemnizações compensatórias ou outros encargos pecuniários.

O risco de insegurança alimentar é relevante para Cabo Verde. De acordo com a Organização das Nações Unidas Para Agricultura e Alimentação (FAO) em Cabo Verde 38,1% da população é incapaz de pagar uma dieta saudável, sendo que o custo da dieta saudável por pessoa por dia é de \$3,6 USD.

No Índice Global da Fome de 2022, Cabo Verde ocupa o 54º lugar entre 121 países com dados suficientes para calcular as pontuações do GHI de 2022. Com uma pontuação de 11,8, Cabo Verde apresenta um nível de fome moderado.

Figura 7 – Índice Global da Fome



Fonte: <https://www.globalhungerindex.org/cabo-verde.html>

FOOD INFLATION MAY 2022–APRIL 2023 (PERCENT CHANGE, YEAR ON YEAR)

Country/Economy	May-22	Jun-22	Jul-22	Aug-22	Sep-22	Oct-22	Nov-22	Dec-22	Jan-23	Feb-23	Mar-23	Apr-23
Cabo Verde/ Lower Middle Income	15.2	16.2	16.7	17.6	17.9	17.8	17.2	15.8	15.6	16.6		10.8 9

<https://reliefweb.int/report/world/food-security-update-june-5-2023>

Constitui, ainda uma fonte de risco potencial os passivos/perigos ambientais decorrentes de atividades hoteleiras e industriais.

C. Quantificação dos riscos

Do arrolamento dos riscos identificados, fez-se uma estimativa da quantificação global dos riscos que se apresenta em resumo no quadro, infra.

Tabela 9 – Quantificação de Riscos Orçamentais

Riscos Orçamentais	(milhões de CVE)
Cenário de materialização dos riscos, a economia cabo-verdiana deverá crescer no máximo 2,4% (impacto nas receitas)	2 387
Riscos associados ao Setor Empresarial do Estado	3 392
Riscos inerentes às mudanças climáticas e catástrofes naturais.	1 000
Avales e garantias (4,9% risco de incumprimento)	1 040
Risco associado ao serviço da dívida - Alteração do Câmbio (1,7% do serviço da Dívida)	220
Riscos associados às decisões judiciais	483
Riscos associados às alterações demográficas	300
TOTAL	8 822

Fonte: MFFE

D. Conclusão e Recomendações

Cabo Verde enfrenta, um conjunto de riscos orçamentais, em decorrência das suas vulnerabilidades geográfica, ambiental, económica e financeira, bem como ao nível dos custos de insularidade do País.

Para a mitigação dos riscos supra – identificados e sistêmicos, faz-se as seguintes recomendações:

- ✓ Promover a consolidação orçamental, tendo em conta a imperatividade da contenção e a qualidade da despesa corrente, a mobilização de receitas endógenas, alargamento da base tributária, a redução da economia informal, diversificação das fontes de financiamento face à tendência de redução dos Empréstimos Concessionais;
- ✓ Reforçar o planeamento e a gestão da carteira do Serviço da Dívida, a programação e a renegociação da Dívida Interna – Doméstica;
- ✓ Redinamizar as reformas das empresas públicas, incluindo a melhoria do quadro de monitorização do desempenho financeiro das empresas públicas para reduzir os riscos orçamentais e, conseqüentemente, apoiar a sustentabilidade da dívida a médio prazo;
- ✓ Melhorar a qualidade da gestão dos investimentos públicos direcionado para as atividades reprodutivas com maior inclusão, melhor equidade e maior mobilização do Investimento Direto Estrangeiro, visando a geração de um espaço orçamental que sirva de almofada para eventuais choques;
- ✓ Levar em conta os impactos das alterações demográficas nas políticas públicas, nomeadamente, fazer uma avaliação da adequação dos benefícios futuros atribuídos pelos regimes de pensões, de forma a assegurar uma adequada partilha de riscos e rendimentos inter-geracionais;
- ✓ Operacionalizar a coleta de dados sobre riscos ambientais e ações judiciais contra o Estado para melhor avaliar a dimensão do risco potencial;
- ✓ Adotar uma estrutura para redução do risco de desastres, como sistemas de alerta precoce ou medidas preventivas para ajudar a reduzir os impactos das chuvas e inundações conforme as ações e medidas identificadas na estratégia nacional para a redução de riscos de desastres;
- ✓ Definir uma estratégia de proteção financeira contra os riscos de desastres naturais e eventos associados às alterações climáticas, com o intuito de melhorar o planeamento das despesas relacionadas com situações de resposta a desastres.

ANEXO

Cabo Verde: Indicadores Económicos Seleccionados, 2020-28

	2020	2021	2022		2023	2024	2025	2026	2027	2028	
			SR ECF 1 ^a revisão	Agir.	SR ECF 1 ^a revisão	Projeto	Projeto	Projeto	Projeto	Projeto	
	(variação percentual anual)										
Contas nacionais e preços 1/											
PIB real	-19,3	6,8	10,5	17,7	4,4	4,4	4,5	4,6	4,6	4,7	4,7
Deflator do PIB	0,9	0,5	7,0	6,4	4,5	4,5	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0
Índice de preços ao consumidor (média anual)	0,6	1,9	8,0	7,9	4,5	5,2	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0
Índice de preços ao consumidor (final do período)	-0,9	5,4	8,0	7,6	4,5	5,2	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0
setor externo											
Exportações de bens e serviços	-58,7	-7,5	37,5	120,6	11,4	3,7	8,4	9,3	9,3	9,1	9,1
sendo: turismo	-69,1	-16,4	47,1	225,4	15,6	7,7	9,9	8,5	9,3	9,4	9,3
Importação de bens e serviços	-23,2	0,8	19,5	33,7	7,9	7,8	7,0	7,5	6,4	5,9	7,5
(Variação em percentagem da massa monetária, 12 meses antes)											
Dinheiro e crédito											
Ativos externos líquidos	-6,6	2,9	1,3	1,2	-0,4	3,4	1,7	2,7	2,7	2,3	2,6
Ativos domésticos líquidos	10,3	0,1	8,2	4,6	7,0	4,9	4,5	3,9	4,0	4,4	3,4
Créditos líquidos sobre o governo central	-1,3	2,4	0,9	3,1	0,9	0,8	1,6	0,2	0,3	-0,4	-1,0
Crédito para a economia	2,9	4,2	3,3	3,9	2,6	3,9	2,7	3,6	3,5	4,7	4,3
Dinheiro amplo (M2)	3,8	3,0	9,6	5,8	6,6	8,3	6,2	6,6	6,6	6,6	6,0
(Porcentagem do PIB, salvo indicação em contrário)											
Poupança e investimento											
Poupança interna	15,8	38,5	35,1	41,7	32,1	18,7	18,5	19,2	20,7	21,6	22,9

Governo	-7,4	-5,1	-2,0	-0,4	0,5	0,5	0,9	2,2	2,6	2,9	3,5
Privado	23,2	43,6	37,1	42,1	31,6	18,2	17,6	17,0	18,1	18,7	19,4
investimento nacional	30,7	50,2	42,8	45,3	38,9	24,3	23,1	23,6	25,1	25,4	26,6
Governo	3,3	2,2	1,9	1,9	4,4	4,2	3,3	3,8	4,2	3,4	3,4
Privado	27,5	47,9	40,9	43,4	34,5	20,0	19,8	19,8	20,9	22,0	23,3
Saldo de poupança-investimento	-14,9	-11,6	-7,8	-3,6	-6,8	-5,6	-4,6	-4,4	-4,4	-3,7	-3,8
Governo	-10,7	-7,3	-4,0	-2,2	-3,9	-3,8	-2,4	-1,6	-1,5	-0,5	0,1
Privado	-4,3	-4,4	-3,8	-1,3	-3,0	-1,8	-2,1	-2,8	-2,8	-3,2	-3,9
setor externo											
Conta corrente externa (incluindo transferências oficiais)	-14,9	-11,6	-7,8	-3,6	-6,8	-5,6	-4,6	-4,4	-4,4	-3,7	-3,8
Conta corrente externa (excluindo transferências oficiais)	-17,5	-14,0	-9,6	-4,9	-8,5	-5,9	-5,5	-5,2	-5,0	-4,3	-4,3
Balço de pagamentos geral	-4,6	0,6	1,8	1,1	-0,3	3,0	1,6	2,5	2,4	2,0	2,4
Reservas internacionais brutas (meses de importações prospectivas de bens e serviços)	7,8	6,0	6,0	5,9	5,5	6,1	6,0	6,2	6,3	6,3	6,4
finanças do governo											
Receita	24,6	22,8	23,7	21,6	25,6	24,6	24,4	25,2	25,5	25,6	25,7
Receita tributária e não tributária	21,3	20,8	22,0	20,7	23,6	22,7	23,1	24,1	24,4	24,6	24,7
Subsídios	3,2	2,0	1,7	0,9	2,1	1,9	1,2	1,2	1,1	1,0	1,0
Despesa	33,6	30,2	28,2	25,7	30,4	29,0	27,7	27,6	28,0	26,2	26,2
saldo primário	-6,4	-5,2	-2,0	-1,9	-2,5	-2,2	-1,0	0,0	0,0	1,0	1,0
Saldo geral (incl. subsídios)	-9,0	-7,4	-4,4	-4,1	-4,8	-4,4	-3,3	-2,4	-2,5	-0,6	-0,6
Outros passivos líquidos (incluindo repasses)	-1,2	0,9	-0,6	-0,1	0,8	0,7	-0,8	-0,2	-0,2	0,0	0,0
Financiamento total (incluindo repasses e capitalização)	9,6	6,5	5,0	4,2	4,0	3,7	4,1	2,6	2,7	0,6	0,6
Crédito interno líquido	3,0	1,6	1,7	2,3	1,6	1,4	2,9	0,5	0,9	-0,7	-1,1
Financiamento externo líquido	6,5	4,9	3,3	1,9	2,4	2,3	1,2	2,1	1,8	1,3	1,7
Estoque e serviço da dívida pública											
Dívida nominal total do governo	138,5	144,6	128,1	121,2	122,4	112,6	109,3	105,6	101,6	96,4	91,3

Dívida externa do governo	102.1	102,8	90,5	84,0	85,2	79,8	76,4	73,9	71,3	68,7	66,7
Dívida do governo interno	36,5	41,8	37,6	37,1	37,2	32,8	33,0	31,7	30,2	27,7	24,7
Serviço da dívida externa (percentagem das exportações de bens e Serviços)	14,8	20,2	15,1	11,5	15,0	12,4	12,8	11,0	10,7	10,0	9,3
Valor presente da dívida externa PPG											
Percentagem do PIB (limiar de risco: 55%)	70,3	57,2	51,3	53,5	50,2	50,9	49,3	48,1	46,8	45,3	44,4
Percentagem de exportações (limiar de risco: 240%)	335,9	197,4	152,4	159,1	146,1	156,6	149,1	142,1	134,9	127,8	122,5
Valor presente da dívida total											
Percentagem do PIB (referência: 70%)	92,4	102,9	90,7	91,3	87,4	84,0	82,4	79,9	77,1	73,3	69,3
Itens de Memorando:											
PIB nominal (mil milhões de escudos cabo-verdianos)	181,6	195,0	232,7	244,3	253,9	266,6	284,2	303,3	323,6	345,6	369,2
Reservas internacionais brutas (milhões de euros, final do período)	582,4	595,3	629,7	626,1	621,8	699,0	740,4	807,8	877,8	942,0	1020,7

Fontes: Autoridades cabo-verdianas; e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

1/ A taxa de câmbio cabo-verdiana encontra-se indexada ao Euro desde 1999, à cotação de 110,265 CVE/€.